

Vestígios da Cristianização do Concentus Pacencis

As Basilicae de São Bartolomeu (Alvito) e Monte Roxo (Alvalade, Santiago do Cacém)

Jorge Feio

.....
Arqueólogo

Resumo

Dão-se a conhecer dois sítios arqueológicos com vestígios de ocupação romana e visigótica (eventualmente Moçárabe), onde se confirmou a existência de vestígios pertencentes a edifícios de culto cristão cuja cronologia deverá situar-se nos séculos VI e VII (ou X no caso do Monte do Roxo).

Palavras-Chave: Basílica, Cristianização, Época Romana, Época Visigoda.

Abstract

The author presents two archaeological sites with evidences of roman and visigotic (and probably Moçárabe) occupation, where there have been confirmed evidences of Christians

temples which chronology was located between VIth and VIIth centuries (or Xth in Monte do Roxo's example).

Key Words: Christianization, Roman Period, Suevo-Visigotic Period

Introdução

No presente artigo serão apresentadas duas estações arqueológicas situadas em áreas geográficas distintas, sem qualquer conexão geográfica entre si. O estudo da evolução da ocupação do espaço de ambos os casos, devidamente integrado num contexto histórico concreto, permitiu, de certa forma, determinar a evolução da ocupação do espaço num

período histórico concreto situado entre a transição da fase final da ocupação romana e a ocupação visigótica até ao final da ocupação islâmica e o início do período medieval português, permite descortinar a continuidade da ocupação destas antigas *uillae* no decorrer do período de domínio visigótico e, eventualmente, islâmico.

Em São Bartolomeu, freguesia e concelho de Alvito, observam-se à superfície estruturas que deverão corresponder a uma antiga basílica, às quais foram adossadas outras em períodos históricos mais recente, seguramente anteriores ao final do século XVI, período em que foi edificada a actual ermida consagrada àquele santo. A existência do topónimo "Herdade de São Bartolomeu" neste local em finais do século XV é outro factor que deixa antever uma tradição de culto cristão muito antiga neste local.

Estudos recentes efectuados com base na documentação e moderna e em registos da antiga toponímia pretendem localizar neste sítio o antigo povoado de *Mugia d'Arem*, que desapareceu por completo da documentação em 1261, data em que supostamente, deu lugar a Vila Nova de Alvito, actual Vila Nova da Baronia. Para além da localização deste povoado em São Bartolomeu, através da documentação medieval é possível propor a localização do mosteiro de *Mugia d'Arem* em São Francisco e o atalayadouro de *Mugia d'Arem* no Cabeço de São Miguel, situado na Serra de Alvito.

Já no Monte do Roxo, localizado na freguesia de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém, foi identificada uma *uilla* instalada desde, pelo menos, o início do século I. No mesmo local foram descobertos há cerca de 30 anos vários fragmentos de cancelas visigóticas e um colunelo, fósseis indicadores da possível existência de uma *ecclesia* no espaço edificado da primitiva *uilla*¹.

O estudo destes arqueossítios poderá permitir um melhor conhecimento sobre o período de transição entre as épocas de domínio romano e visigótico das zonas geográficas em que se inserem, contribuindo-se simultaneamente para o estudo da cristianização do território.

A estação arqueológica de São Bartolomeu

A ermida de São Bartolomeu, situa-se na freguesia e concelho de Alvito, tendo as seguintes coordenadas 38°14'58", 37 latitude norte; 08°01'03", 55 longitude oeste, e 190m de altitude. A construção deste edifício de uma só nave remonta a finais do século XVI, podendo ainda observar-se nas suas paredes e abóbadas alguma pintura mural datável do século XVII.

Foi edificada sobre uma plataforma artificial, podendo tal situação significar que, para além das estruturas visíveis à superfície que lhe são nitidamente anteriores, sobre as quais foi edificada a estrutura da actual ermida, outras existirão no subsolo, aguardando a sua colocação a descoberto.

No final da década de 80 do século passado, no decorrer de alguns trabalhos de limpeza promovidos pelo IPPC, actual IPPAR, sob a direcção de Susana Correia, constatou-se que a ermida de São Bartolomeu foi construída sobre um edifício mais antigo, eventualmente de cariz religioso, tendo na altura sido levantada a hipótese de se tratar de uma basílica paleocristã.

Na base de dados "Endovélico", constata-se que este local se encontra classificado como *uilla*. De facto, no decorrer da elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Alvito foi possível confirmar a existência uma forte ocupação de época romana e tardo-romana, com uma área de dispersão de materiais à superfície a rondar os 2ha. De entre espólio então recolhido destacam-se os materiais de construção (*tégulae*, *imbrices* e láteres), fragmentos de *dolla*, fragmentos de ânforas do tipo Dressel 20 e de bojos de ânforas lusitanas de forma indeterminada, bem como mármores, grandes blocos de *opus signinum*, quadrantes de coluna e cerâmica comum.

As evidências apontam para a existência de uma *uilla*, destacando-se ainda a relativa proximidade de alguns pequenos sítios, a uma distância inferior a 200m, onde apenas se recolheram fragmentos de materiais de construção, de *dolla* e de cerâmica comum. A cerca de 250m deste sítio foram identificadas umas pedreiras de mármore de veios cinzentos, conhecidas pelo micro-topónimo de "Minas de Galo". Também neste local foram recolhidas cerâmicas comuns romanas e fragmentos de ânforas lusitanas de forma indeterminada.

A ocupação de São Bartolomeu parece ter-se iniciado ainda no decorrer do século I e terminado muito depois do século V, em data ainda por determinar, não sendo despicando pensar-se que esta antiga *uilla*, tal como se tem vindo a comprovar em outros locais da Península Ibérica, tenha evoluído para um *vicus*. Actualmente a ermida encontra-se em fase bastante avançada de degradação, observando-se que, depois de ter sido "levantado" o pavimento, a parede oriental ficou sem base até uma profundidade de cerca de 0,20m, afectando a actual estrutura numa espessura de 0,70m. No seu interior podemos observar uma grande quantidade de materiais arqueológicos espalhados pelo chão e ainda que este último se encontra profusamente escavado em algumas zonas.

Por tudo isto, torna-se premente uma intervenção de reabilitação do edifício.

1 - Apesar de não existir qualquer referência a este sítio arqueológico na base de dados Endovélico, no site do Instituto Português de Arqueologia, ela já há muito tempo que é conhecida das gentes locais, as quais têm consciência do grande valor histórico, arqueológico e artístico de algumas das descobertas que têm vindo a ser feitas naquele local, aparecendo referenciada em algumas publicações recentes, (M. J. Delgado, "Sisenando Mártir e Beja a sua Pátria", in *Arquivo de Beja* (Revista), vol. VI, 1949, apud António Carvalho, "Evidências arqueológicas de produção de vinho nas *uillae* romanas do território português: grainhas de uva, alfaias vitícolas e lagares de vinho", in Jean-Gérard Gorges e F. Germán Rodriguez Martin, *Économie et Territoire en Lusitanie Romaine*, pp. 361-390 e ainda Jorge Feio, "A romanização em torno de Alvalade, algumas descobertas arqueológicas", in *Gentes e Culturas, Freguesia de Alvalade*, Liga dos Amigos de Vila Nova de Santo André (LASA), Alvalade, 2004, pp. 2-5.

A actual ermida de São Bartolomeu e a sua conexão com as estruturas visíveis à superfície

Construído, como já indiquei, sobre uma plataforma artificial que poderá ocultar a existência de outras estruturas que não são visíveis à superfície, o actual edifício tem uma planta quase rectangular com 4,84m de largura máxima, na fachada da entrada, virada a oeste (4,70m na zona da cabeceira) e 11,55m de comprimento máximo, do lado sul (11,02m no lado norte). Sensivelmente a meio de cada uma das partes laterais da capela encontram-se contrafortes cilíndricos (o do lado norte com 1,03m de diâmetro e o do lado sul com 0,96m). As paredes têm em média 0,60m de espessura, com excepção da parede da cabeceira que tem 1m.

No que respeita às estruturas da possível basílica paleocristã, existem ainda paredes, uma abside, um possível baptistério e uma sepultura.

A parede correspondente à cabeceira da actual ermida, virada perfeitamente a oriente, foi construída sobre uma abside que preserva, fora da área abrangida pela actual estrutura, 2,40m de comprimento, por 0,44m de largura. O aparelho construtivo é constituído por pedras de médias dimensões ligadas por *opus caementicum*. Na zona interna da ermida, nomeadamente na capela-mor, foram recentemente retirados, melhor escrevendo, roubados, os tijolos do pavimento de época moderna, facto que me permitiu observar a inexistência de alicerce nesta zona do edifício, verificando-se que a estrutura assentava apenas no solo. Por essa razão, é possível observar toda a curvatura interna da abside, que apresenta a tracejado na planta. Simultaneamente, constata-se que existe um prolongamento da mesma para o interior da actual ermida, associado à presença de outras estruturas que, aparentemente, lhe são contemporâneas. Graças a esta situação, que, inclusivamente, coloca em perigo de derrocada a própria ermida, foi possível determinar que se trata de uma abside de volta inteira, com uma espessura média de 85cm.

Na zona externa, temos a parede número 1 que podemos observar junto do canto NE da capela. Preserva ainda cerca de 2m de comprimento por 0,60m de largura, prolongando-se no sentido sul/norte. O seu aparelho é composto pedras de médias dimensões ligadas por *opus caementicum*. Parece ter sido adossada num período posterior à construção da primitiva *ecclesia*, mas numa fase anterior à edificação da actual ermida, podendo corresponder a um primeiro período de transformação ou reestruturação.

O muro número 2 situa-se na zona oeste, próximo da porta de entrada da ermida. Prolonga-se no sentido este/oeste e preserva ainda cerca de 1m de comprimento por 0,45m de largura. Na sua construção foram utilizadas pedras de médias dimensões ligadas por *opus caementicum*.

O possível baptistério, localizado a noroeste do actual edifício, tem 0,78m de comprimento no sentido sul/norte e 0,80m no sentido este/oeste. Os materiais utilizados na sua construção foram láteres quadrangulares com 0,24m de lado por 0,04m de espessura, recobertos por *opus signinum* no inter-

ior. No entanto, não foi possível verificar com exactidão a profundidade porque o interior se encontra cheio de terra. Tenho algumas dúvidas em classificar esta estrutura como baptistério, perante as suas dimensões reduzidas e a ausência de degraus. No entanto, tendo em consideração a existência de outros exemplares idênticos, como por exemplo o de Idanha-a-Velha, e a possibilidade desta estrutura ter já sido alvo de “violação”, coloco essa hipótese.

Na zona exterior situada a sul da cabeceira temos uma sepultura escavada na rocha, com 1,60m de comprimento por 0,54m de largura. Está orientada no sentido este/oeste e possui no seu interior láteres colocados na vertical. Tem uma configuração rectangular com os topes arredondados, forma muito comum a partir dos séculos VI e VII, durando, em associação à antropomórfica, até ao século IX, altura em que passaram a reduzir-se a fossas (semi-) escavadas na rocha, na opinião de Adriaan de Man (ADRIAAN DE MAN, 2006, p.91).

Poderá ter-se localizado originalmente no interior da primitiva basílica paleocristã/visigótica, mas não deveria ser a única. Com efeito, sob a actual estrutura da capela, mais exactamente debaixo da parede sul da cabeceira, é ainda visível uma placa de mármore colocada na horizontal que poderá ter sido depositada sobre um túmulo.

No interior da ermida, após o “levantamento” do pavimento de tijolo, já referido anteriormente, observam-se outras três estruturas, encontrando-se pelo menos uma delas em perfeita conexão com a abside.

A parede número 3 assenta sobre a correspondente ao número 4, podendo pertencer a uma fase de transformação do primeiro edifício, contemporânea da parede número 2. Trata-se de uma estrutura composta por tijolos ligados por *opus caementicum*.

A parede número 4 deverá corresponder à face interna da parede transversal que partia da abside no sentido sul/norte. Preserva ainda 0,80m da sua largura, sendo o seu aparelho constituído por pedras de pequenas e médias dimensões ligadas por *opus caementicum*.

Por fim, a parede número 5 preserva ainda, a partir da parede sul da actual ermida, que lhe foi sobreposta, 1m de comprimento e 0,50m de espessura, sendo o seu aparelho construtivo composto por pedras de médias dimensões ligadas com argamassa.

As estruturas observadas em São Bartolomeu e a sua associação a Mugia d'Arem

A localização do povoado denominado *Mugia D'Arem* ainda não foi definida com exactidão. Em meu entender, a estrutura religiosa que podemos observar sob a actual ermida de São Bartolomeu deverá estar relacionada com esta povoação, existindo alguns elementos comprovativos dessa mesma localização e da existência de uma tradição de culto religioso cristão neste local, pois do ponto de vista toponímico, o local onde se situa a ermida já era conhecido por São Bartolomeu

em finais do século XV, cerca de cem anos antes da construção do edifício religioso. Por sua vez, o nome *Mujedarém*, como se escrevia nos séculos XV e XVI, designava o território situado entre a ermida de São Bartolomeu e o convento de São Francisco (BPE, Visitação da Igreja de Santa Maria de Alvito em 1534, Código CXXIII-I-I, fols. 312-314.). Por outro lado, em torno desta ermida, a menos de 100m existem, como já referi, três pequenos sítios, que se enquadram geralmente naquilo que é, genericamente, considerado como casal. E se, na realidade, não se tratarem de casais? E se forem pequenas casas de habitação, datáveis de uma época muito tardia no seio da antiguidade, situadas em torno de uma igreja que serviria de paróquia?

Pelo que foi possível observar no decorrer da elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Alvito, é muito rara a existência de mais do que um casal a menos de 100m de uma *uilla*. Logo, teríamos de abrir aqui uma excepção à regra.

Mas que tipo de ocupação seria a observada em São Bartolomeu? Tendo em consideração os materiais que aqui foram recolhidos, certamente na sua génese estaria uma *uilla* romana. No entanto, como terá evoluído na antiguidade tardia? Na minha opinião, não é de excluir que no espaço urbano da antiga *uilla* tenha sido edificada uma *ecclesia* e que em seu torno tenha crescido um pequeno povoado.

O mosteiro que posteriormente viria a ser construído perto deste local deverá ser localizado, por sua vez, em São Francisco, tendo em consideração as características dos materiais encontrados neste local. A ocupação neste local nos séculos VI e VII é evidente, tendo em consideração os resultados obtidos no decorrer da Carta Arqueológica do Concelho de Alvito, podendo a antiga *uilla* romana ter-se perfeitamente transformado em *monasterium*, como foi o caso do Montinho das Laranjeiras, São Cucufate e, muito provavelmente, de Vera Cruz de Marmelar.

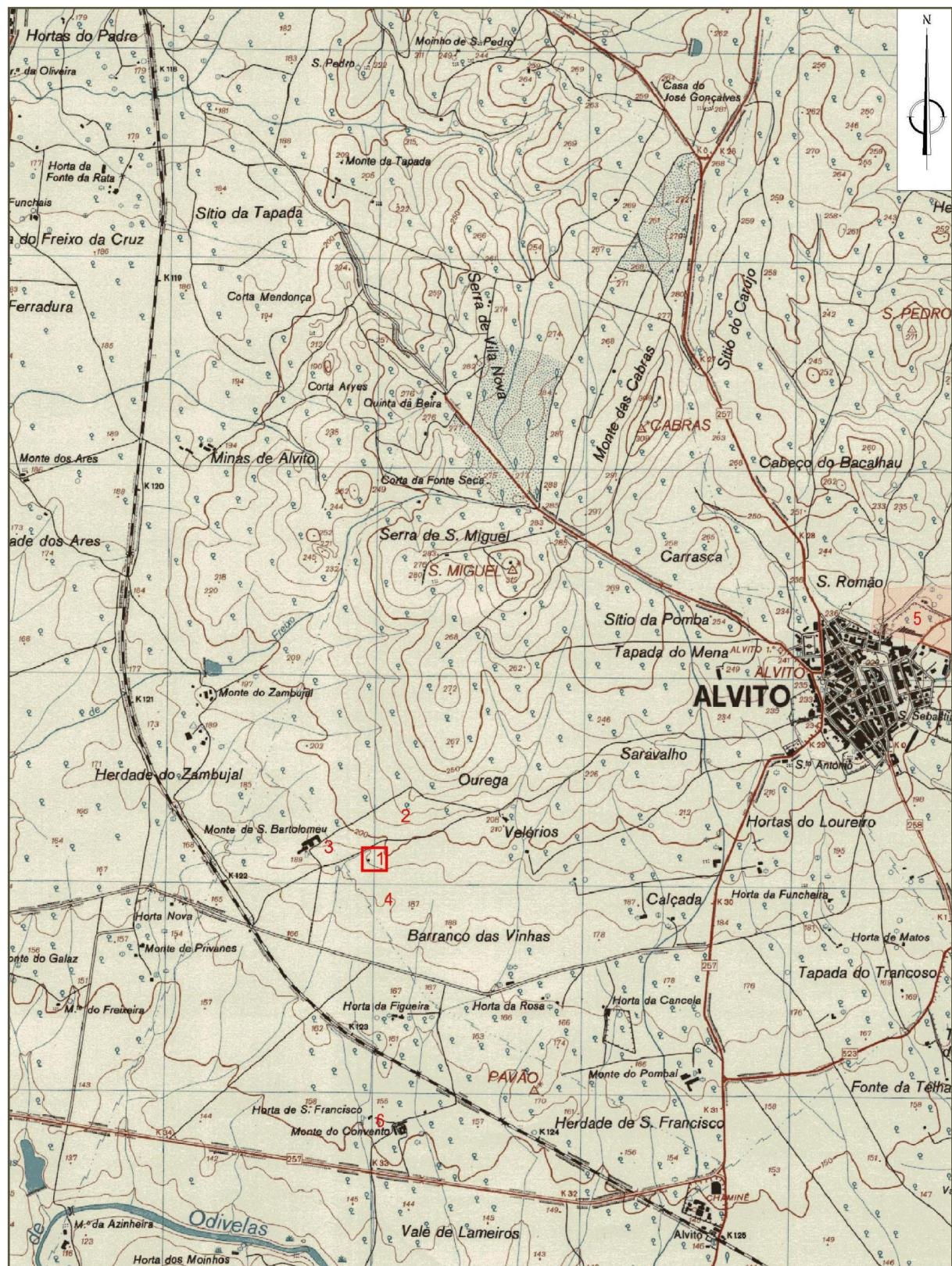
A “villa” de *Mugia d’Arem* aparece referida na documentação medieval até 1261. Por exemplo, a determinado passo da carta de acrescentamento da doação de Alvito a Dom Estêvão Anes, em 1257, podemos ler que se trata de um «(...) *acrescentamentum de nostro término in illa alia vestra hereditate quam iam antea vobis dedimus et donavimus videlis villam que dicuntur Alvito et Muyam d’Arem (...)*», ou seja «(...) o acrescentamento do nosso termo para a vossa herdade, a qual antes vos demos e doámos, fiéis (?) vilas que se denominam Alvito e de Muyam d’Arem (...)(ANTT, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço I, nº 14 e Maço 3, nº 537 e VALÉRIO, 1992, vol.1, p.8).

O seu abandono por volta de 1261 poderá estar relacionado com o aparecimento de Vila Nova de Alvito, actual Vila Nova da Baronia, pois com o aparecimento desta nova localidade, as referências ao povoado mais antigo acabam por desaparecer. Tratar-se-á de um caso semelhante a Viana do Alentejo, cujo povoado que está na sua origem se situava a cerca de um quilómetro, na zona de Nossa Senhora de Aires. O seu nome era *Foxem* e, quando transitou de lugar, passou a denominar-se Viana de a Par de Alvito, demonstrativo da

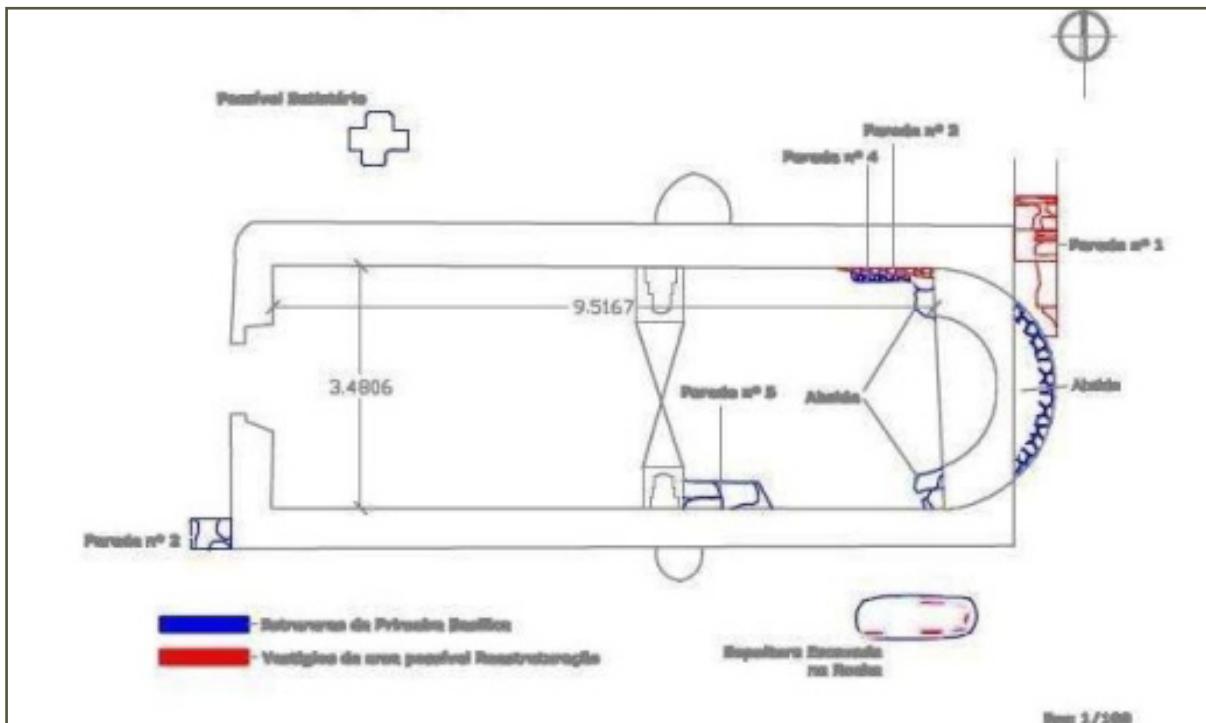
importância que Alvito já assumia em finais do século XIII, inícios do século XIV.

Temos ainda de ter em consideração que em 1259 o conceito de Beja doou a Alvito todo o território que actualmente lhe pertence a sul da Ribeira de Odivelas e que em 1262 o chanceler Estêvão Anes estabeleceu um compromisso com a diocese de Évora para construção de Igrejas nas duas localidades. No decorrer dos anos de 1259 e de 1261 foi criado e demarcado o Couto de Alvito e em nenhum destes documentos aparece a referência a Vila Nova de Alvito. Por tudo isto penso que pouco depois de 1262 se terá procedido à mudança de lugar de *Muyam d’Arem* para onde actualmente se localiza Vila Nova da Baronia, tomando aquele topónimo, procedendo-se assim a uma reorganização do espaço, em que Vila Nova de Alvito dominaria os territórios provenientes do acrescentamento feito concelho de Évora em 1257 e Alvito com os restantes. A área de cada uma das actuais freguesias, que, pelos dados obtidos na documentação medieval e moderna indicam uma correspondência exacta à realidade actual, demonstra o quanto foi acertada esta nova organização espacial, pois a áreas de cada uma delas são equivalentes: 13652ha para a freguesia de Alvito e 12826 para a de Vila Nova da Baronia (CGPR, vol. II, Concelho de Alvito, p. 9 E VALÉRIO, 1992, vol. I, p. 1, nota 1).

A estação arqueológica de São Bartolomeu



Planta nº 1 - Localização das Estações Arqueológicas de São Bartolomeu (nº 1), São Bartolomeu 2 (nº2), São Bartolomeu 3 (nº 3), São Bartolomeu 4 (nº 4), São Romão/Alvito (nº 5, possível localização da civitas Mirietanorum) e São Francisco (nº 6)



Planta nº 2 - Ermida de São Bartolomeu e Estruturas Arqueológicas identificadas



Fot. 1- Ermida de São Bartolomeu, sentido SW/NE.



Fot. 3- Basílica paleocristã de S. Bartolomeu: parede número 3, sentido SW/NE.



Fot. 2- Ermida de São Bartolomeu, abside e parede número 1, sentido NE/SW.



Fot. 4- Ermida de São Bartolomeu: possível baptistério, sentido W/E



Fot. 5- Ermida de São Bartolomeu: possível baptistério, pormenor.



Fot. 8- Basílica paleocristã de S. Bartolomeu, paredes números 3 e 4 e parte interna da abside.



Fot. 6- São Bartolomeu: peça em mármore sob a parede sul da ermida.



Fot. 9- Ermida de São Bartolomeu: parede número 5



Fot. 7 – Ermida de São Bartolomeu: sepultura escavada na rocha.



Fot. 10 – Ermida de São Bartolomeu: problemas estruturais na zona da Capela-mor.



Fot. 11 – Ermida de São Bartolomeu: problemas estruturais na zona da Capela-mor, pormenor.



Fot. 12- Materiais romanos e tardo-romanos espalhados pelo interior do edifício. São ainda de evidenciar os buracos feitos por alguns animais (vide zona onde se encontra a escala).

Estação arqueológica do Monte do Roxo: Localização, características e materiais identificados

Sob o actual Monte do Roxo é possível observar vestígios muito importantes de uma antiga *uilla* romana. Existem notícias da existência de estruturas (incluindo tanques forrados com *opus signinum* em que no interior foram recolhidas grãinhos ressequidas de uvas), *cupuae*, lucernas e outros materiais no século XVIII², data em que algumas peças foram enviadas para o Frei Manuel do Cenáculo, em Beja.

O local tem as seguintes coordenadas: 37°57'17", 02 latitude de norte, 08°24'24", 40 longitude oeste e 56m de altitude. O acesso faz-se pela IC1, virando-se à esquerda na primeira estrada de terra batida com palmeiras à entrada, a norte da Mimosa (sentido sul/norte).

À superfície, destaca-se a grande concentração de materiais de construção de época romana, *sigillatas* galo-romanas, hispânicas e norte-africanas, ânforas lusitanas (Lusitana 2 e Lusitana 4), cerâmicas comuns islâmicas, medievais cristãs e modernas e faianças portuguesas.

Da mesma forma, nas cofragens das paredes de taipa da casa principal do "Monte" deparamo-nos com a grande quantidade de materiais romanos reutilizados, destacando-se os materiais de construção (*tegulae*, *imbrices* e láteres). Para além destes pode ainda observar-se a presença de *sigillatas* (onde se inclui um fragmento de bordo de Dragendorf 27), de fragmentos de bojos de ânforas e de fragmentos de cerâmica comum. A presença de uma grande quantidade de materiais de época romana nas paredes em taipa, indica que o actual "Monte" foi construído sobre as estruturas da antiga *uilla*, até porque as áreas de maior concentração de materiais situam-se numa área de cerca de 2ha envolvente do Roxo.

Os Elementos Arquitectónicos

De entre o espólio recolhido neste local ao longo dos anos destacam-se os vários elementos arquitectónicos eventualmente datáveis de época visigótica, que poderão ter pertencido a um edifício religioso. Alguns ainda se encontram reutilizados nas estruturas do "monte", servindo, por exemplo, de poiais.

Neste local foram descobertos três fragmentos de cancela e um mainel, profusamente decorados. O fragmento de cancela de maiores dimensões preserva em bom estado de conservação a sua decoração, possuindo 0,85m de altura e 0,67m de comprimento, medidas máximas (**fotografia 13**), não tendo sido possível determinar a sua espessura. Neste momento, serve de "tapete" junto à entrada da capela de Nossa Senhora do Roxo.

O segundo fragmento de cancela, serve de poial de uma das entradas do "monte", apresentando a face voltada para cima completamente desgastada, desconhecendo-se se era a parte decorada ou se esta última está voltada para baixo. Tem 1m de comprimento (a altura é indeterminada, pois, pelo simples facto do "monte" estar fechado, não pude medir a peça em questão), apresentando o topo decorado com trifólios ou folhas de acanto estilizadas (**fotografia 15**). O terceiro fragmento está depositado na sede da Casa do Povo de Alvalade e apresenta uma decoração composta por octofólios insertos em quadrados (**fotografia 16**). Preserva 46cm de comprimento, 34cm de altura e 8cm de espessura. No topo a peça está decorada com trifólios ou folhas de acanto estilizadas.

Os dois fragmentos da cancela visigótica melhor conservados, apresentam uma decoração composta por octofólios (rosetas de oito pétalas) inscritos em quadrados e rectângulos. Trata-se de uma decoração semelhante à de uma pilastra recolhida em Corte Piorno, Quintos, concelho de Beja (OLIVEIRA e SUSANA, p. 69, nº39) e de um pilastrim recolhido junto da Igreja de Santa Maria, em Beja (OLIVEIRA e SUSANA, p. 83, nº51). Observa-se ainda numa aduela, numa pia, numa imposta e numa pilastra encontradas em Beja (OLIVEIRA e SUSANA, p. 81, nº49, p. 90, nº 58 e p. 95, nº 63) e depositadas no Museu Regional Rainha Dona Leonor, mais exactamente no núcleo visigótico localizado na igreja de Santo Amaro, todas elas datadas do século VII pelos autores que as estudaram.

A "roseta de oito pétalas", assim designada por Cruz Villalón (VILLALÓN, 1985, pp. 320 e 321), tem por base quatro folhas muito estilizadas dispostas nas diagonais e sobrepostas a quatro nas medianas, irradiando a partir de um botão central (WRENCH, 2000, p.646).

Apesar de tudo, esta peça de Alvalade demarca-se dos restantes casos conhecidos no território correspondente ao antigo *conventus pacensis*, sendo menos perfeita na sua concepção do que as que as referidas, registando-se que as folhas da roseta partem directamente do botão, mas em es-

2 - Agradeço a Luís Pedro Ramos as informações que me forneceu.

piral facto que não é muito comum como podemos observar no fragmento de cancela designada por número 1 (**fotografia 13**), que pode denotar um cariz mais arcaico ou regional. No mesmo sentido de arcaísmo podemos apontar a irregularidade da utilização em simultâneo de octofólios insertos em quadrados e rectângulos (mesma peça e fotografia).

Em média, os quadrados onde estão enquadrados os octofólios têm 38cm de lado. Os rectângulos têm 38cm de comprimento e 24cm de largura, enquanto que as cartelas que separam os campos têm 2cm de espessura, no fragmento que ainda se encontra no Monte do Roxo. No que se encontra depositado na Casa do Povo de Alvalade, os quadrados têm 30cm de lado.

O suporte dos três fragmentos é o mármore de veios cinzentos e grão médio do tipo de São Brissos.

Com o mesmo tipo de suporte foi concebido um mainel que preserva 39cm da sua altura, com o capitel e parte do fuste em bom estado de conservação e bem diferenciados entre si por uma espécie de “gola” (**fotografia 17**). O capitel apresenta como decoração pequenos elementos florais (folha de acanto estilizada ou trifólio), tendo 9cm de altura e 8cm de largura, percebendo-se uma certa tentativa de elaboração de um cubo. A “gola” não apresenta decoração, tem 4,5cm de altura e 7,5cm de diâmetro. O fuste é cilíndrico, sem decoração, 25,5cm de altura e 8,5cm de diâmetro.

Apenas conheço dois exemplares idênticos a este. Um foi encontrado em Santa Lúcia del Trampal, Alcuéscar, Cáceres, cuja cronologia da construção da igreja se situa, muito provavelmente, apesar da controvérsia existente, em época moçárabe (CABALLERO ZOREDA E ARCE, 1995, pp.198, 199 e 215, fig. 5, nº18). O outro foi encontrado no território da antiga *civitas Pax Julia*, em Vilares de Alfundão, freguesia de Alfundão, concelho de Ferreira do Alentejo, tendo sido datado do século VII (OLIVEIRA e SUSANA, p. 41, nº11). A representação de trifólios é também observada num mainel mais elaborado do que o identificado no de Alvalade, recolhido em Santa Maria de Melque, datada do século VII ou do século VIII (CABALLERO ZOREDA E ARCE, 1995, pp. 199 e 200). Tendo em consideração os exemplos aludidos, a atribuição de uma cronologia para esta estrutura é muito difícil. Como já referi anteriormente, neste local, com base na recolha de materiais arqueológicos à superfície, foi possível observar vestígios de uma ocupação humana do local entre o século I e a época islâmica, sendo posteriormente reocupado em época moderna. Nesse sentido, o espólio arquitectónico poderia ser perfeitamente situado cronologicamente entre os séculos VIII e X, tratando-se, portanto de um edifício Moçárabe, não se descorrendo a possibilidade de se tratarem efectivamente de elementos arquitectónicos de época visigótica. Enquanto não se efectuarem escavações arqueológicas neste local não é possível determinar com maior exactidão a

cronologia da construção do edifício religioso. Dessa forma, deixo prudentemente esta questão em aberto.

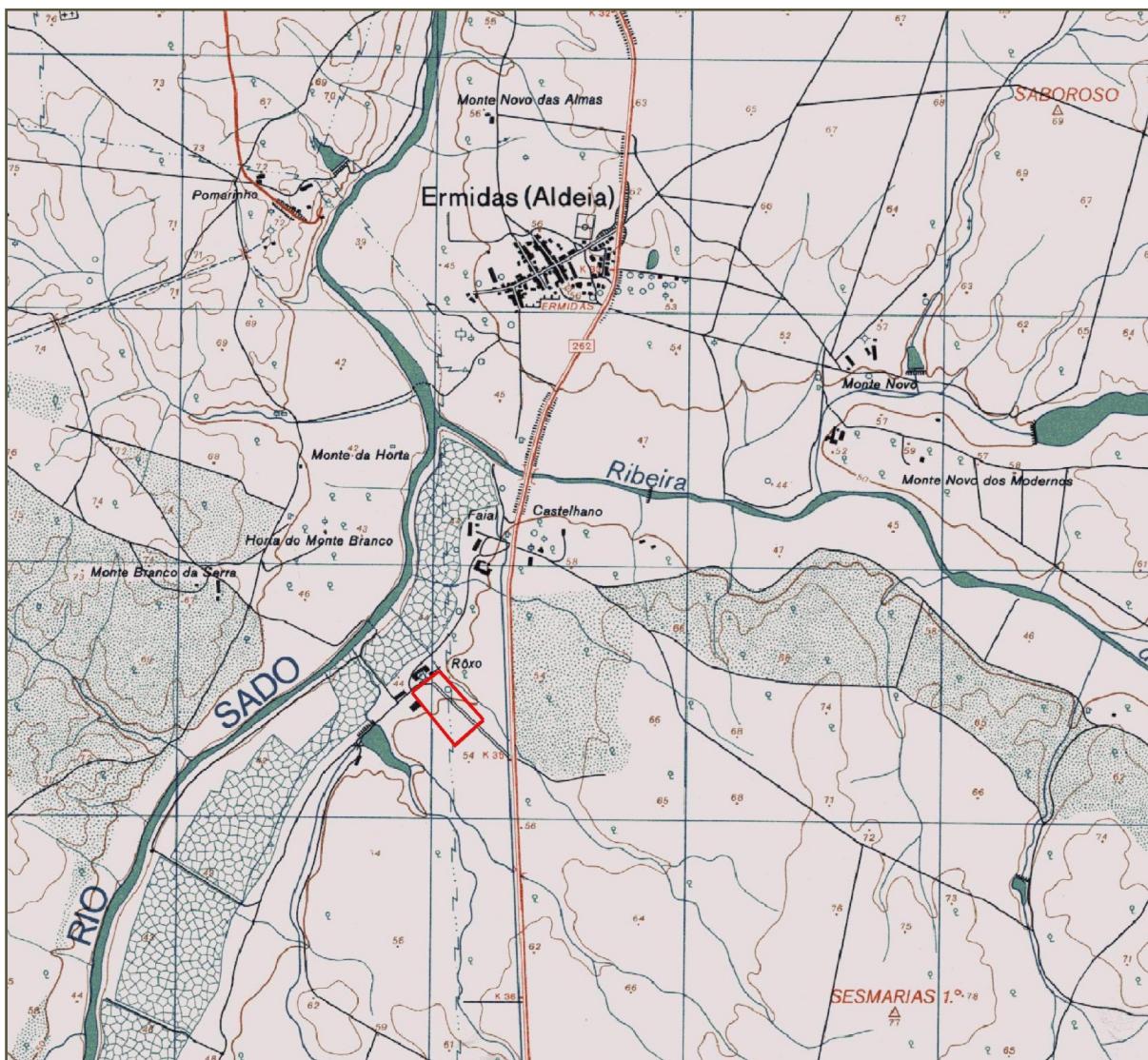
Algumas referências históricas sobre o Monte do Roxo

Sob o actual Monte do Roxo existem, como já foi indicado, vestígios de uma antiga *uilla* romana cristianizada e ocupada no decorrer da ocupação visigótica. Apesar de, até ao momento, não terem sido identificados vestígios da ocupação em época islâmica, o local foi novamente habitado depois da reconquista deste território pelos membros da Ordem de Santiago de Espada que aí construíram uma igreja, a qual foi sede de paróquia até ao século XX, época em que entrou em ruína, acabando por desaparecer, sendo substituída pela capela actualmente consagrada a Nossa Senhora do Roxo. Esta última consagração surge na cartografia antiga sob a designação de Sant'Ana ou Santa Anna (sic) do Roxo³. Terá a igreja visigótica sido consagrada à mãe da Virgem Maria ou essa consagração só ocorreu aquando da (re) construção da igreja por parte dos membros da Ordem de Santiago de Espada? Só uma investigação mais profunda da documentação, que espero fazer em breve, permitirá responder de forma mais concludente a esta questão.

Devo ainda chamar a atenção para o facto de se tratar de mais uma *uilla* romana cristianizada e ocupada em época de dominação visigótica, que vem engrossar o grupo de *uillae* que continuaram ocupadas para além do século V. A tradição religiosa foi perpetuada após a reconquista cristã, aparecendo associada, juntamente com a ermida de São Roque, situada na Herdade do Faial, freguesia de Alvalade, aos topónimos de Ermidas-Aldeia e, posteriormente, Ermidas-Sado.

3 - Cf. Carta Agrícola, folha nº 188, escala 1/50 000, levantada e construída pela Direcção dos Trabalhos Agrícolas em 1888 e 1890, sob direcção de Gerardo Augusto Pery e publicada em Lisboa em 1893. É favor ver ainda a Carta Corográfica de Portugal, folha nº 31, escala 1/ 100 000, construída e gravada pela Direcção de Filipe Folque, publicada em Lisboa em 1877. Excertos destas Cartas foram publicados por Fonseca Santos no articulado “Ermidas Aldeia”, *Gentes e Culturas, Freguesia de Ermidas-Sado*, p. 6.

Estações Arqueológica do Monte do Roxo



Planta nº 3 - Localização da Estações Arqueológica do Monte do Roxo e da área de distribuição de materiais à superfície



Fot. 13- Monte do Roxo, visto de Este.



Fot. 14 - Capela de Nossa Senhora do Roxo, localizada na zona norte do "monte".



Fot. 15 - Fragmentos de cancela visigótica localizada em frente da porta de entrada da capela de Nossa Senhora do Roxo.



Fot. 18 - Fragmento de cancela visigótica depositado na sede da Casa do Povo de Alvalade.



Fot. 16 - Porta de entrada do “monte” do Roxo.



Fot. 17 - Fragmento de cancela que serve de poial na entrada do “monte” do Roxo.



Fot. 19 - Colunelo do Monte do Roxo depositado na sede Casa do Povo de Alvalade.

Conclusão

No presente artigo pretendeu-se dar a conhecer um conjunto de evidências que comprovam a continuidade de ocupação de duas antigas *uillae* no período subsequente ao final da ocupação romana do território, devidamente comprovada pela construção de *ecclesiae* que marcam o espaço e uma nova realidade religiosa.

Esta nova realidade acaba por marcar de forma distinta os dois locais, sendo possível equacionar a transformação da *uilla* de São Bartolomeu numa paróquia de um pequeno povoado que mais tarde viria a ser conhecido como *Mugia d'Arem*, enquanto que a antiga *uilla* do Monte do Roxo a terá

mantido sua antiga funcionalidade.

De qualquer forma, a tradição de culto religioso continuou em ambos os locais com a existência de uma ermida, no caso de São Bartolomeu, e de uma capela associada a um “monte”, no caso do Monte do Roxo, marcando-se vincadamente na toponímia local desde a idade média até à actualidade.

A apresentação dos dados referentes a estas duas estações arqueológicas permite questionar, de certa forma, a teoria de abandono das antigas *uillae* no século V, verificando-se que, nas zonas em que se inserem, se encontram envolvidas por outras *uillae* com ocupação até ao período de ocu-

pação visigótica. No caso de São Bartolomeu, destaca-se a localização de um povoado de grandes dimensões situado nas imediações da actual vila de Alvito (provavelmente a *civitas Mirietanorum*) e ainda as *uillae* de São Francisco, já aqui referenciada, Malcabrão ou Malk Abraão (muitas vezes confundida com a homónima localizada na freguesia de Vila Alva, esta última localizada no concelho de Cuba), São Miguel e, eventualmente, Água de Peixes. No que respeita ao Monte do Roxo, destaca-se um possível *vicus* situado em Alvalade e as *uillae* de Conqueiros e Defesa 3.

A situação apresentada no parágrafo anterior vem de encontro à opinião de alguns autores que recentemente têm vindo a questionar o abandono das antigas *uillae* face às invasões bárbaras. Se é certo que em alguns casos isso pode ter acontecido, tem-se vindo a constatar que muitas das antigas *uillae* mantiveram alguma vitalidade, em períodos mais tardios. Neste campo, podemos pensar que, numa fase tardia da presença romana do território, a evolução da destes estabelecimentos conheceu cinco formas distintas. Por um lado, continuamos a observar a existência de *uillae* pertencentes a indivíduos com grande poder político e económico, sobretudo ligados à nobreza e ao clero (sobretudo bispos). Em alguns casos, estas grandes *uillae* poderiam ter uma *ecclesia* associada. A descoberta de algumas *uillae* muito opulentas nos séculos IV e V serão disso exemplo e neste campo talvez possamos incluir o Monte do Roxo.

Ainda numa perspectiva de uma continuidade de ocupação do espaço como *uilla*, temos o caso dos estabelecimentos deste género que são ocupados por colonos, servos, habitantes locais ou gestores das próprias propriedades, após o abandono efectuado pelos antigos proprietários, em locais onde se observam transformações drásticas a nível estrutural, onde no lugar de mosaicos e termas passamos a ter zonas de transformação, num caso em que, como afirma Javier Arce, se perde o conceito de *domus* romana (ARCE, 2005, pp.240 e 241). Nota-se então que a antiga *pars urbana* perde a sua antiga finalidade e passa a ser utilizada como zona de armazenamento (ARCE, 2005, P.241 e RIPOLL e ARCE, 2001, p.26).

Por outro, temos o caso das *uillae* que se evoluem para povoados, em especial naquilo que podemos designar por *vici*, onde podemos eventualmente integrar São Bartolomeu.

Existem ainda aquelas que, por se situarem em pontos estratégico junto a vias de comunicação ou em zonas especiais do ponto de vista religioso, se transformam em *monasteria*, como é o caso do Montinho das Laranjeiras, no concelho de Alcoutim e poderá acontecer também com São Francisco, em Alvito.

Por fim, temos aquelas que foram realmente abandonadas. No entanto, pelo que se tem vindo a observar, nem todas as *uillae* foram abandonadas no século V. Existem muitos casos em que *uillae* foram abandonadas muito antes desta centúria. Por exemplo, as *uillae* de Courela das Antas e Boavista, no concelho de Cuba, poderão ter sido abandonadas em finais do século II (SILLIÈRES, 1994, pp.92-95), a *uillae* das Adegas, Ferrarias 1 e Sobral das Barras, no concelho de Alvito, Labogadas 1 e Torre Vã 3, na freguesia de Pa-

nóias, concelho de Ourique, e ainda Ameira 3, na Freguesia de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém não parecem ter continuado ocupadas a partir do século III (FEIO, 2004, pp. 2-5). Isto indicar que as fases de abandono e concentração da propriedade não são características da fase final do império mas ocorreram com alguma constância entre os séculos I e V.

Para além da questão da continuidade da ocupação do espaço, a localização destas antigas basílicas cristãs vem contribuir para o aprofundamento do estudo da cristianização do território correspondente ao antigo *Conventus Pacensis*, permitindo levantar algumas questões bastante pertinentes. Por exemplo, estará a implantação destes espaços religiosos associada a iniciativas privadas? A transformação de um sector de uma *uilla* em oratório privado ou numa *ecclesia* observa-se com alguma frequência, aparecendo inclusivamente referenciada da sua existência e da realização de alguns actos religiosos nestes espaços em alguns cânones dos concílios Hispânicos do século IV, como por exemplo nos cânones 5 e 9 do concílio de Toledo I (RIPOLL e ARCE, 2001, p. 27). Correspondiam a antigas paróquias? Se tivermos em conta a existência de um possível baptistério na basílica de São Bartolomeu, podemos pensar nessa hipótese, pelo menos numa fase mais tardia, onde corresponderia, eventualmente à igreja paroquial de *Mugia d'Arem*.

As respostas a estas e outras questões só poderão ser dadas a partir do momento em que venham a efectuar-se escavações arqueológicas nestes locais e com um estudo mais global da forma como se processou efectivamente a cristianização deste território. Apesar de tudo, estamos perante mais dois exemplos da implantação do cristianismo no território.

Bibliografia

- AA.VV., Romanité et Cité Chrétienne, permanences et mutations, intégration et exclusion du I^{er} au VI^{éme} siècle. Mélanges en l'honneur d'Yvette Duval, Paris, De Boccard, 2000.
- ALARCÃO, Jorge de, Portugal Romano, Lisboa, Editorial Verbo, 1973.
- ALARCÃO, Jorge de, O Domínio Romano em Portugal, 3^a ed., Lisboa, Publicações Europa América, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de, Roman Portugal, Warminster, Aris and Phillips, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de (Coord.), Portugal das Origens à Romanização, in Nova História de Portugal, nº 1, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- ALARCÃO, Jorge de, "Paisagem rural romana e alto-medieval", in Conimbriga (Revista), vol. XXXVII, Coimbra, Instituto de Arqueologia, pp. 89-119, 1998.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, História da Arte em Portugal, Arte da Alta Idade Média, Lisboa, Edições Alfa, 2^a ed., 1993.
- ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Convento da Santíssima Trindade de Santarém, Maço I, nº 14 e Maço 3, nº 537.
- ARCE, Javier, Bárbaros e Romanos en Hispania, 400 – 507 A.D., Madrid, Marcial Pons Historia, 2005.

- BPE:** Biblioteca Pública de Évora, Visitação da Igreja de Santa Maria de Alvito em 1534, Código CXXIII-I-I, fols. 312-314.
- CABALLERO ZOREDA, Luis**, e **ARCE, Fernando**, “El ultimo influjo, clásico en la Lusitânia extremeña. Pervivencia visigoda e innovación musulmana, *in VELAZQUEZ, A., CERRILLO, E. e MATEOS, P. (eds.), Los Ultimos Romanos en Lusitania*, Cuadernos Emeritenses, numero 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995.1995, pp.198, 199 e 215, fig. 5, nº18)
- CGPR:** Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica, *Elementos de Informação económica*, vol. II, s/d, Concelho de Alvito.
- CRUZ VILLALÓN, M.**, *Mérida Visigoda. La Escultura Arquitectónica y Litúrgica*, Badajoz, 1985, pp. 320 e 321
- DOIGO, A. M. Dias**, “Quadro Tipológico das Ânforas Lusitanas”, *in O Arqueólogo Português (Revista)*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1987, pp. 179-191.
- ENCARNAÇÃO, José D'**, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. subsídios para o estudo da romanização*, vols. I e II, Coimbra, Instituto Arqueológico de Coimbra, 1984.
- ENCARNAÇÃO, José D'**, “Problemas em aberto na epigrafia Mirobrigense”, *in Conimbriga (Revista)*, vol. XXXV, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 1996, pp. 129-146.
- FEIO, Jorge**, “A romanização em torno de Alvalade, algumas descobertas arqueológicas”, *in Gentes e Culturas. Freguesia de Alvalade*, Liga dos Amigos de Vila Nova de Santo André (LASA), Alvalade, 2004, pp. 2-5.
- GARCIA MORENO, Luís A.**, “El Cristianismo en las Españas: los orígenes”, *in SOTOMAYOR, Manuel e FERNÁNDEZ UBIÑA, José (Coords.), El Concilio de Elvira y Su Tiempo*, Granada, Universidad de Granada, 2005, pp. 169-193.
- GORGES, J.-G. e SALINAS DE FRÍAS, M. (eds.)**, *Les Campagnes de Lusitanie Romaine. Occupation du Sol et Habitats*, Madrid-Salamanca, Casa de Velázquez-Universidad de Salamanca, 1994
- JORGE, Ana Maria C. M.**, *L'Episcopat de Lusitanie Pendant l'Antiquité Tardif (III^{ème}-VII^{ème} siècles)*, Trabalhos de Arqueologia, nº 21, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002.
- LOPES, Maria da Conceição**, “O território de Pax Iulia, limites e caracterização” *in Revista Arquivo de Beja*, 3^a série, vol. II/III Beja, Câmara Municipal de Beja (Actas das I Jornadas do Arquivo de Beja), pp.63-74, 1996.
- LOPES, Maria da Conceição**, *A Cidade Romana de Beja. percursos e debates acerca da civitas de Pax Iulia*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.
- MACIEL, Manuel Justino**, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, Edição do Autor, 1996.
- MAN, Adriaan de**, *Conimbriga, do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006.
- MANTAS, Vasco GIL**, “Colonização e Aculturação do Alentejo Romano”, *in O Alentejo e os Outros Mundos. actas das II Jornadas do Arquivo de Beja*, *in Arquivo de Beja (Revista)*, Série III, Volumes VII/VIII, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 33-62, 1998.
- MATOSO, José (dir.)**, *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1996.
- OLIVEIRA, José Carlos e CORREIA, Susana (coords.)**, *Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja*, Beja, Museu Regional de Beja, 1993.
- PALOL, Pere de e GUSMÃO, Artur Nobre de**, *IV Reunião de Arqueología Cristã Hispánica (Actas)*, Barcelona, Instituto de Estudos Catalãos, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- QUARESMA, João Carlos da Costa**, *Terra Sigillata Sudgálica num Centro de Consumo: Chãos Salgados. Santiago do Cacém (Miróbriga?)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003.
- RIBEIRO, José Cardim (Coord.)**, *Religiões da Lusitânia. Loguntur Saxa*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002.
- RIPOLL, Gisela e ARCE, Javier**, “Transformación y final de las *villae* en Occidente (siglos IV-VIII): Problemas y perspectivas”, *in Arqueología y Territorio Medieval*, número 8, Jáen, Universidad de Ján, 2001, pp. 21-54.
- RUA, Maria Helena**, *Os Dez Livros De Arquitectura de Vitrúvio*, Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1998.
- SILLIÉRES, Pierre**, “Les premiers établissements romains de la région de Vila de Frades (Vidigueira, Portugal)”, *in GORGES, J.-G. e SALINAS DE FRÍAS, M. (eds.)*, *Les Campagnes de Lusitanie Romaine. Occupation du Sol et Habitats*, Madrid-Salamanca, Casa de Velázquez-Universidad de Salamanca, 1994, pp.89-98.
- SOTOMAYOR, Manuel e FERNÁNDEZ UBIÑA, José (Coords.)**, *El Concilio de Elvira y Su Tiempo*, Granada, Universidad de Granada, 2005
- TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, (Coords.)**, *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1993.
- VALÉRIO, António João Feio, Alvito, o Espaço e os Homens. subsídio para o estudo de uma vila alentejana**, vols. I e II, texto políciado (tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1992.
- VELAZQUEZ, A., CERRILLO, E. e MATEOS, P. (eds.)**, *Los Ultimos Romanos en Lusitania*, Cuadernos Emeritenses, numero 10, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano/ Asociacion de Amigos del Museo, 1995.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos**, *As Dimensões de um Poder, a diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- WRENCH, Licínia Nunes Correia**, “Decoração arquitectónica litúrgica da Antiguidade Tardia nos grupos pacense e eborense”, *in Arqueología da Antiguidade na Península Ibérica (Actas do 3º Congresso de Arqueología Peninsular)*, vol. VI, Porto, ADECAP, 2000, pp. 645-656.